



Macroscópio

Por José Manuel Fernandes, Publisher

Boa noite!



A reunião que devia ser pouco mais do que um jantar acabou por durar quase dois dias, intercalada por inúmeros encontros bilaterais, até que na passada terça-feira ao fim da tarde se ficou a conhecer a proposta do Conselho Europeu para os lugares de topo da União Europeia. A meio o caldo quase que se entornou, com algumas azedas trocas de acusações, mas no fim lá saíram os nomes por quem todos aguardavam, e em quem todos votaram com a exceção da Alemanha, que se absteve mesmo indo para uma alemã do partido da chanceler o lugar mais importante, o de presidente da Comissão Europeia. Numa altura em que ainda falta ver se o Parlamento Europeu aprova os nomes escolhidos – e haverá bastantes resistências – o processo negocial revelou uma Europa mais pulverizada politicamente (os grandes partidos já não mandam como mandavam),

mais partida regionalmente (leste-oeste, norte-sul) e onde os grandes países também já não impõem a sua vontade com a mesma facilidade, e sobretudo mais polarizada e com menos objetivos comuns. Isso mesmo resulta muito claro das leituras muito contraditórias que foram feitas dos resultados deste Conselho Europeu, como já veremos.

Antes comecemos por recordar que pelo menos numa frente houve um grande passo em frente: os dois lugares mais importantes foram entregues a duas mulheres. A alemã Ursula von der Leyen deverá ser a próximo presidente da Comissão e a francesa Christine Lagarde está apontada à presidência do Banco Central Europeu. Para ficar a conhecer um pouco melhor quem elas são recomendo que comecem por ler dois especiais do Observador, [Quem é a mulher que nasceu com a Comissão Europeia e que agora chega à sua presidência?](#), em que Cátia Bruno nos diz quem é von der Leyen, e [O dinheiro já falou: Christine Lagarde no BCE vai manter os juros baixos](#), um trabalho de Edgar Caetano sobre o que esperar da transferência para Frankfurt da actual presidente do FMI.

Sobre a indigitada sucessora de Jean-Claude Juncker, recomendo ainda, como leituras complementares, uma apanhado do Politico de declarações que foi fazendo ao longo dos anos – [Ursula von der Leyen: In her own words](#) –, a opinião de um antigo secretário da Defesa do Reino Unido, Michael Fallon, que a conheceu nessa condição, e que no Telegraph defendeu que [Yes, Ursula von der Leyen is an EU federalist, but she knows she can't afford to alienate Britain](#) e, por fim, ainda no Telegraph, uma história curiosa que certa a terá marcado e determinou a sua passagem pela capital britânica e pela London School of Economics quando tinha apenas 19 anos: [Ursula von der Leyen, nominee for EU top job, lived in London under alias to escape Baader-Meinhof gang](#). Para conhecer as polémicas que a rodeiam no seu país há que ler Matthew Karnitschnig no Politico, que em [The inconvenient truth about Ursula von der Leyen](#) conta como “*The woman nominated for Commission chief has plenty of critics back home*”.



Já sobre a nomeação de Lagarde para o BCE, um dos textos que dá o tom geral das reacções é o de Paul Taylor, no Politico. Em [ECB needs a rocket scientist, not a rock star](#) ele defende que “*In proposing Christine Lagarde for top job, EU leaders choose politics over economics*”. É semelhante o tom do editorial do Wall Street Journal, [A Politician for the European Central Bank](#), onde se escreve que “*Europe reaches outside the monetary guild for its chief central banker.*”

Quando passamos à análise mais detalhada do que se passou e do seu significado as leituras não podiam ser mais contrastantes. Num extremo colocaria posições como as expressas em Portugal por Rui Tavares, que no Público classificou o resultado da cimeira como [A Ignóbil Porcaria](#). Porquê? No essencial porque os líderes europeus não escolheram nenhum dos candidatos indicados pelos partidos nas eleições europeias - os *spitzenkandidaten* - e porque os países do Leste da Europa bateram o pé à solução do “directório de Osaka”.

O registo de Teresa de Sousa, no mesmo jornal, é mais virado contra os conservadores europeus, por estes terem bloqueado a solução “progressista”. Em [As duas Europas e a atracção fatal do PPE](#) defende que

“O que houve de novo nesta cimeira, que se arrisca a ter pesadas consequências para o futuro, foi justamente a deriva do PPE para a direita, afastando-se do seu velho europeísmo e dos valores da democracia-cristã, que pouca gente viu chegar a não ser quando a poderosa chanceler se viu confrontada com a rebelião das suas tropas. Macron jogou nessa fraqueza, salvando-a de um desastre iminente. Foi ele que tirou do bolso o nome, absolutamente inesperado, de Ursula von der Leyen, assegurando definitivamente o BCE e restituindo ao eixo franco-alemão a sua centralidade (...). De caminho, afastou o grupo de Visegrado e os seus aliados italianos. Merkel agradeceu.” As suas críticas aos líderes do PPE chegam a visar alguns em particular: *“O primeiro-ministro irlandês, por razões difíceis de entender, capitaneou o ataque. Mas também Paulo Rangel, eurodeputado do PSD e vice-presidente do PPE, não hesitou em pôr em causa a autoridade política da chanceler.”*



Esta visão contrasta – o que não deixa de ser significativo – com a de um socialista que conhece bem os meandros da política europeia, Francisco Assis, que, também no Público, em [Europa – um processo polémico](#), considera que as divisões começaram a ser cavadas precisamente pelos que quiseram marginalizar o PPE apesar deste ter sido o partido europeu que elegeu mais eurodeputados: *“Os Socialistas (S&D) e os Liberais cometeram um erro quando se apressaram a falar de uma hipotética*

maioria progressista empenhada em diminuir o papel do PPE na condução da política europeia. (...) Se ao invés deste comportamento se tivesse optado, desde início, pelo envolvimento público do PPE na procura de um consenso capaz de relançar o projecto europeu ter-se-iam, certamente, criado condições mais favoráveis ao surgimento de um resultado final bem melhor do que aquele que se alcançou. As razões porque isso não aconteceu escapam à minha capacidade de análise racional da situação. (...) Os socialistas europeus acabaram por ter entradas de leão e saídas de sendeiro.” Há no artigo de Assis mais frases fortes, senão mesmo recados directos, como este: *“Se há ilação a retirar de todo este episódio é a de que a acrobacia política tem os seus limites.”* Um outro aspecto importante da sua argumentação é chamar a atenção para que entre os países de Leste, tão vilipendiados, havia boas razões para se oporem ao que fora cozinhado em Osaka, ultrapassando mesmo fronteiras partidárias: *“Não foi por acaso, aliás, que o Governo eslovaco de orientação socialista alinhou incondicionalmente ao lado dos seus parceiros do chamado Grupo de Visegrado ao longo do processo de escolha dos titulares de altos cargos políticos europeus.”*

João Marques de Almeida é porventura quem foi mais longe na defesa da posição que acabou por triunfar, assim como nas críticas às opções seguidas pelo nosso primeiro-ministro. Ele, que trabalhou em Bruxelas no gabinete de Durão Barroso, começa em [A habilidade de Costa não passa de Badajoz](#) por dar a sua interpretação sobre o que realmente se passou nos bastidores da cimeira: *“Com a sua experiência política, Merkel percebeu que a melhor maneira de travar Timmermans seria simular o apoio. Merkel conhece demasiado bem a política europeia para saber que uma solução como a de Osaka nunca poderia ser aceite pelo Conselho Europeu. Uma espécie de directório europeu reuniu-se nas margens da Cimeira do G20, regressou a Bruxelas e tentou forçar os restantes governos a validarem a escolha dos ‘grandes’. Como foi possível que tanta gente, sobretudo em Portugal, julgasse que isto poderia funcionar?”* Já sobre a forma como António Costa acabou por perder todas as suas apostas, é muito duro, sobretudo porque considera que nesse jogo comprometeu os interesses de Portugal: *“O pior de tudo*

foi a traição de Costa a um princípio elementar da diplomacia portuguesa: a oposição aos directórios dos grandes ou dos ricos. Costa aceitou uma decisão de um pequeno directório de países, grandes e ricos, e onde estava a Espanha. Seguiu-os até ao ponto em que já não havia ninguém para seguir. É o que se chama um desastre de política externa. António Costa não consegue ser mais do que um líder partidário. Nunca será um estadista.”

Uma leitura bastante parecida com esta, mas aplicada à realidade espanhola e aos resultados obtidos por Pedro Sánchez, é a de Pablo R. Suanzes no El Mundo, num texto sintomaticamente intitulado [Entrar como Papa, salir como cardenal](#). Eis algumas passagens essenciais: *“El resultado es ciertamente muchas cosas, pero no extraordinario, en ninguna de sus acepciones. Ni siquiera bueno. Las negociaciones tras las elecciones europeas empezaron en París, con una cena de Sánchez en nombre de los socialistas y de Macron en los liberales. Pero acabaron, como siempre, con un encuentro entre Francia y Alemania. El resultado del Consejo Europeo y el reparto institucional es novedoso en algunos puntos, como el tener por primera vez en la historia a dos mujeres al frente de las dos principales instituciones. Pero ordinario en la cocción y en quién sale ganando más, en absoluto. Al revés, se ha caído en la misma trampa de siempre. Le tentaron con la refundación de Europa y acabó agarrado a la desesperada con el premio de consolación. (...) Sánchez tenía una ocasión única y no la ha aprovechado. Ni para España ni para su familia política. (...) El acuerdo ha dejado satisfecho al PPE, que logra su objetivo principal y casi único. Ha matado el sistema de 'spitzenkandidaten'. Ha enervado al Parlamento Europeo, que amenaza con bloquear los nombramientos y provocar una crisis institucional. Y ha encantado al Grupo de Visegrado, que ha celebrado como victoria propia la derrota del holandés, presumiendo del poder que están logrando en Europa.”*



Para um apanhado mais geral do que se escreveu na imprensa europeia recomendo a síntese realizada por Anna Nadibaidze para o think-tank Open Europe, [A ‘Merkel-Macron deal’? Europe reacts to the Council’s nominations for EU leadership](#), até porque nela se pode ver como na Alemanha não se celebrou nenhuma vitória – “*German daily [Die Welt](#) looks at the appointment of von der Leyen through a domestic lens. With the headline “the German army can breathe,” it comments that “for the soldiers it may be an alleviation” that she leaves her job as German Defence Minister after six years, noting that “her relationship with the soldiers can be considered as strained.*” – ao contrário do que sucedeu em France, onde o tom foi dado pelo [Le Monde](#): “*la France et l’Allemagne sont les grandes gagnantes*”. Já o Irish Times preferiu destacar que [Change afoot for Ireland as EU looks to post-Brexit era](#), notando que existe agora um novo equilíbrio na Europa: “*The chancellor leaves the council significantly diminished. But it is clear, too, that Macron has not replaced her – not yet, anyway – as the dominant presence on the body, its dealmaker. Instead ad hoc alliances, often between smaller countries, are becoming more important. Size still matters, of course. But so does being nimble.*” Ou seja, fez uma leitura menos taxativa que o Financial Times, para quem [Emmanuel Macron snatches political victory from EU jobs talks](#).



Tema a seguir com atenção é o da divisão Leste/Oeste e perceber até que ponto o Grupo de Visegrado – Polónia, República Checa, Eslováquia e Hungria – podem cantar vitória e ganham ou não peso. O Politico deu alguma atenção a este tema, claramente procurando provar que o bloco que barrou a eleição do socialista Timmermans não tem razão para cantar vitória, textos escritos com um *flavour* marcadamente bruxelense e algo ressentido, mas que vale a pena referir. São dois: [Central Europe celebrates von der Leyen and Michel’s candidacies](#), onde se defende a tese que “The region is happy that Frans Timmermans won’t be Commission president, although the joy may be short-lived”, e [Winners and losers in race for EU top jobs](#), escrito pelo influente Ryan Heath, onde se colocam os países de Leste entre os derrotados do conclave de Bruxelas: “*Once again the Visegrad Group of four Central and Eastern European governments proved they are good wreckers in Brussels, but poor builders. The V4 and Italy were successful in their blockade of the Frans Timmermans presidential train (...). Yet they have nothing to show for it when that afterglow fades. Timmermans is arguably stronger than ever as the Commission’s deputy leader and EU summits will be run by Michel, whose government collapsed because he stood by a U.N migration pact loathed by the V4. And there is not a single politician*

from their region in the slate of leadership posts.”

E por aqui me fico. Julgo que estes textos ilustram bem como é cada vez menor o terreno comum que pisamos no palco europeu. Leituras tão díspares do que aconteceu parecem indicar que ainda ninguém sabe ler com precisão as novas regras de um jogo comunitário que, a 28 e com os resultados que saíram das últimas eleições europeias, já não podem ser as mesmas de sempre. A revolta dos pequenos que travou a vontade do directório dos grandes não é meramente um sinal de disfunção de funcionamento das instituições, é – parece-me – um sinal de um outro tempo. Não encontrei textos que reflectissem sobre isso.

Tenham bom descanso e boas leituras.

Mais pessoas vão gostar da Macroscópio. Partilhe:

[no Facebook](#) [no Twitter](#) [por e-mail](#)

Leia as últimas

[em observador.pt](#)

OBSERVADOR Eleito melhor jornal generalista 2018

©2019 Observador On Time, S.A.

Rua João Saraiva, n. 7, Lisboa

[Gerir newsletters](#)

[Clique aqui](#) para deixar de receber todas as newsletters do Observador